

Governadores pedem fim da recessão

Pedro Luiz

RECIFE — Oito dos nove governadores do Nordeste cobraram ontem na reunião da Sudene o fim da política recessiva do ministro Marcílio Marques Moreira, alegando que a região já está no fundo do poço, não tendo mais condições de fazer sacrifícios. Eles receberam o apoio do governador de Minas, Hêlio Garcia, também presente, que declarou que o País não aguenta mais do que dois meses de recessão pois corre o risco de parar.

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, foi o que bateu mais duro:

Os outros ministros dizem que não podem resolver os problemas do Nordeste por causa do Ministério da Economia. Então, que se diga pelo menos o que pode ser feito para que nós, governadores, possamos traçar nossos planos de ação. Do jeito que está, não é possível trabalhar — disse ele.

Segundo Antônio Carlos, é inadmissível a União dizer que não tem recursos para aplicar num plano de desenvolvimento macro para o Nordeste, porque recentemente assumiu a dívida do metrô do Rio, estimada em US\$ 2,5 bilhões de dólares.

Joaquim Francisco, governador de Pernambuco, concordou com Antônio Carlos, defendendo a retomada dos investimentos na região. Ronaldo Cunha Lima, governador da Paraíba, queixou-se



Os governadores Ciro Gomes, do Ceará, e Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, conversam na reunião da Sudene

que a Caixa Econômica Federal (CEF) bloqueou recursos destinados para a construção de uma adutora em seu estado.

Freitas Neto, do Piauí, lembrou que os governadores nordestinos tem dado exemplos de austeridade e desejam agora uma contrapartida. Por sua vez, José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, alegou que os estados do Nordeste não têm mais gorduras para cortar. O protesto foi tam-

bém acompanhado por Edison Lobo, governador do Maranhão, e João Alves, de Sergipe.

A única voz que destoou dos protestos foi a do governador do Ceará Ciro Gomes. Para ele, não se resolvem os problemas do Nordeste com discursos regionalistas.

— Todos queremos o desenvolvimento, mas isso só se faz com investimentos. E verbas para investir só se têm através da poupança, pública ou

privada. A poupança pública não existe porque o Estado brasileiro quebrou desde 1982. E a privada vai para a especulação financeira, por causa do descalabro das contas públicas — disse Ciro.

O ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Angelo Calmon de Sá, que presidia a reunião, explicou que recebeu do presidente da República a recomendação para dar prioridade ao Nordeste.